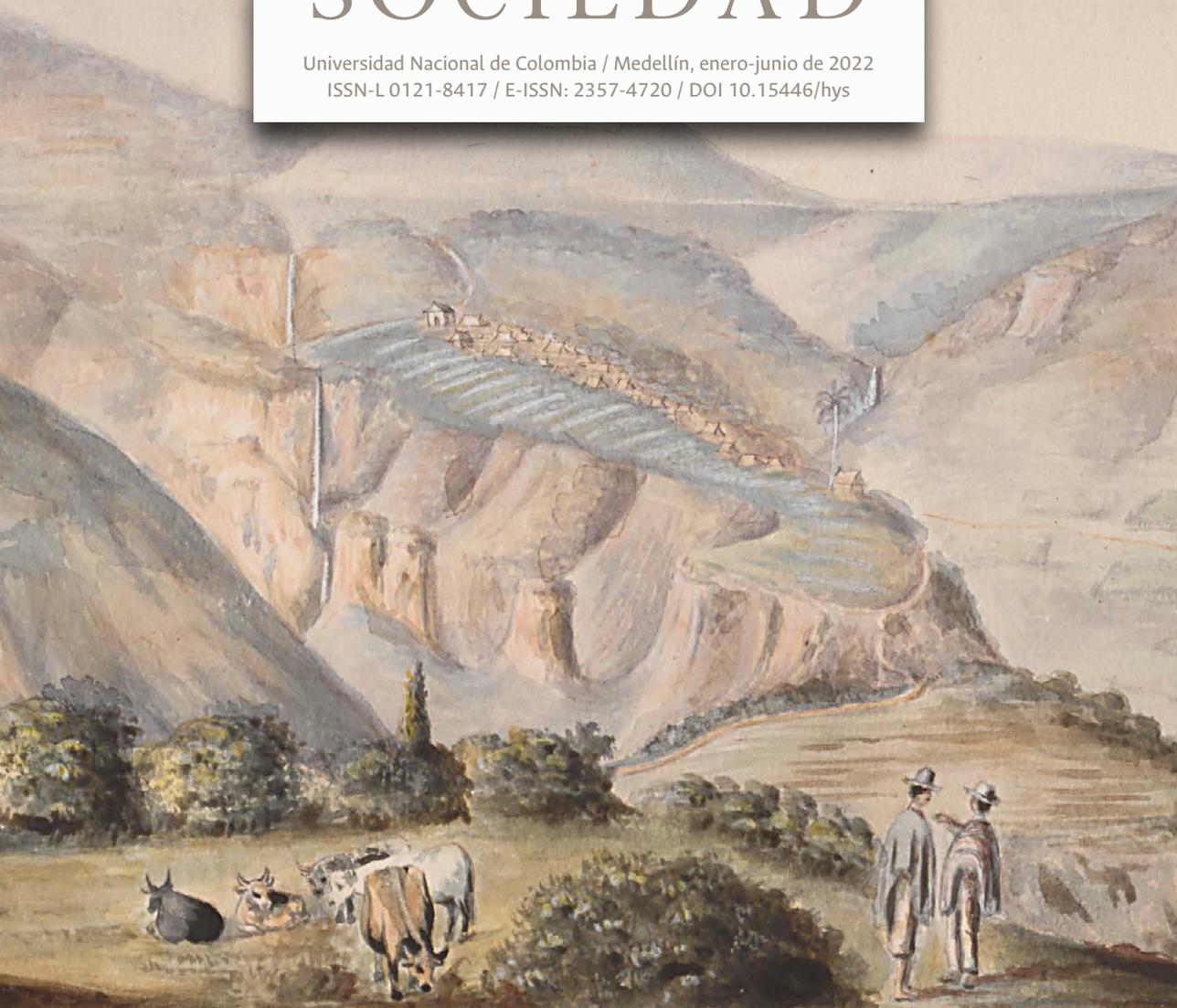


42

HISTORIA Y SOCIEDAD

Universidad Nacional de Colombia / Medellín, enero-junio de 2022
ISSN-L 0121-8417 / E-ISSN: 2357-4720 / DOI 10.15446/hys



Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889)*

Jumara Seraphim-Pedruzzi**

Mônica-Yumi Jinzenji***

DOI: <https://doi.org/10.15446/hys.n42.89732>

Resumo | analisa-se, neste artigo, a trajetória escolar e profissional de 14 homens que estudaram na Escola Normal de Ouro Preto, Minas Gerais (Brasil), de 1877 a 1889. Trata-se da minoria que frequentou e concluiu o curso num momento em que as mulheres passavam a predominar como discentes dos cursos normais. Por meio da perspectiva micro-histórica da análise onomástica, buscou-se identificar o perfil desses sujeitos, em particular as atividades profissionais que exerceram após a conclusão do curso. Identificamos que quatro sujeitos exerceram profissões não relacionadas ao magistério, mas a maior parte deles atuou na docência no nível elementar e secundário. Apesar da interrupção de algumas trajetórias, cinco desses professores dedicaram-se exclusivamente ao magistério primário, dado que ajuda a problematizar o cenário de fins do século XIX: à medida que o índice de professoras de escolas elementares aumentava, os homens que ingressavam na profissão iniciavam a carreira jovens, após completar o treinamento normalista, substituindo paulatinamente

* **Recibido:** 5 de agosto de 2020 / **Aprobado:** 25 de enero de 2021 / **Modificado:** 27 de outubro de 2021. Artigo de pesquisa derivado de dados coletados para o projeto de doutorado em Educação intitulado “Mulheres rumo à docência: trajetórias de normalistas em Ouro Preto - MG (1871-1930)”, realizado pela primeira autora e orientado pela segunda autora. Foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, Brasil), com bolsa de doutorado n.º 88882.348005/2019-01. O doutorado teve início em março de 2017 e foi concluído em 25 de maio de 2021. Os dados utilizados para a escrita deste artigo compõem parcialmente um dos capítulos da tese; entretanto, a tese investiga principalmente a trajetória de estudantes do sexo feminino. A autora 1 realizou a pesquisa documental, organizou e analisou os dados e participou da redação e da revisão do artigo; a autora 2 organizou e analisou os dados e participou da redação e da revisão do artigo.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil). Membro do Centro de Pesquisa em História da Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita da mesma instituição  <https://orcid.org/0000-0003-0000-1292>  jumarasp@ufmg.br

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil). Professora Associada II da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil). Coordenadora do Centro de Pesquisas em História da Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita da mesma instituição  <https://orcid.org/0000-0002-3639-9389>  monicayj@ufmg.br



Cómo citar / How to Cite Item: Seraphim-Pedruzzi Jumara e Mônica-Yumi Jinzenji. “Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889)”. *Historia y Sociedad*, no. 42 (2022): 85-110. <https://doi.org/10.15446/hys.n42.89732>



Derechos de autor: Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Hist.Soc. 42 (Enero - junio de 2022) / pp. 85-110
ISSN-L 0121-8417 / E-ISSN: 2357-4720 / DOI: <https://doi.org/10.15446/hys.n42.89732>

o mestre-escola. Além da marca geracional, ser homem constituiu particularmente essas trajetórias, marcadas pela conciliação da profissão com a constituição de família, pela vasta gama de possibilidades de atuação e pela ascensão na carreira.

Palavras-chave | história da educação; estudos de gênero; masculinidades; profissionais da educação; formação de professores; docente; Escola Normal; trajetória profissional; micro-história; Brasil; século XIX.

Men and Teaching in the 19th Century: Trajectories of Graduates from Ouro Preto Normal School (Minas Gerais, Brazil, 1877-1889)

Abstract | in this article we analyze the schooling and professional trajectory of 14 men who studied in Ouro Preto Normal School, Minas Gerais (Brazil) between 1877 and 1889. They were a minority that attended and graduated in the course in a period which women started to be the majority amongst Normal school students. Through a micro-historic perspective of onomastic analysis, we tried to identify the profile of those subjects, particularly the professional activities they held after graduating. We discovered that four subjects did not work in professions related to teaching, but most of them were teachers in elementary and high schools. Despite the interruption in some trajectories, five of those teachers were exclusively dedicated to elementary teaching, a data that helps us to problematize the scenario in the late 19th century: as the rate of female teachers in elementary schools increased, the men who entered in the profession started the career when they were young, having the official education and gradually substituting the figure of the “schoolmaster”. Besides the generational issue, being a man has notably formed these trajectories, marked by the conciliation of the profession with raising a family, the broad array of work possibilities, and career progress.

Keywords | history of education; gender studies; masculinities; educational personnel; teacher educators; professor; Normal School; career path; microhistory; Brazil; 19th century.

Los hombres y la docencia en el siglo XIX: trayectorias de egresados de la Escuela Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889)

Resumen | en este artículo se analiza la trayectoria escolar y profesional de catorce hombres que estudiaron en la Escuela Normal de Ouro Preto, Minas Gerais (Brasil) durante el período de 1877 a 1889. Se trata de una minoría que asistió al curso y lo concluyó en un momento en el que las mujeres pasaban a predominar como discentes de los cursos normales. Por medio de la perspectiva microhistórica del análisis onomástico se buscó identificar el perfil de estos sujetos, en particular, las actividades profesionales que ejercieron después de la conclusión del curso.

Identificamos que quatro de ellos ejercieron profesiones no relacionadas al magisterio, pero la mayor parte actuó en la docencia en el nivel elemental y secundario. A pesar de la interrupción de algunas trayectorias, cinco de estos maestros se dedicaron exclusivamente al magisterio en el nivel primario. Este dato ayuda a problematizar el escenario de fines del siglo XIX: a medida que el índice de maestras de escuelas elementales aumentaba, los hombres que ingresaban a la profesión iniciaban la carrera jóvenes, tras concluir la formación normalista y sustituir, paulatinamente, al *maestro lego*. Además de la marca generacional, ser hombre constituyó de forma particular estas trayectorias, marcadas por la conciliación de la profesión con la constitución de la familia, la amplia gama de posibilidades de actuación y el ascenso en la carrera.

Palabras clave | historia de la educación; estudios de género; masculinidades; personal educativo; formador de docentes; docente; Escuela Normal; trayectoria laboral; microhistoria; Brasil; siglo XIX.

Introdução

Analisa-se, neste texto, o percurso escolar e profissional de 14 rapazes que, tendo frequentado a Escola Normal de Ouro Preto (Enop), Minas Gerais, Brasil, de 1877 a 1889, concluíram o curso e, em sua grande parte, atuaram na docência. Busca-se dialogar com e problematizar os estudos que destacam a década de 1870 como o marco inicial do processo de feminização do magistério, caracterizado pelo predomínio das mulheres como discentes nas Escolas Normais e, paulatinamente, como mestras de meninos e meninas nas escolas elementares, fenômeno que, como sabemos, extrapola o contexto brasileiro, sendo verificado também em vários países do mundo ocidental¹.

A institucionalização da profissão docente no Brasil teve a criação das Escolas Normais, a partir das leis provinciais estabelecidas após o Ato Adicional de 1834², como importante iniciativa que deu início à formação de mestres e mestras para a atuação na educação elementar, no período imperial brasileiro. O estabelecimento dessas instituições se deu paulatinamente ao longo das décadas, tornando-se mais estável e consistente no último quartel do século XIX³. Nesse período, a Escola Normal se consolidava, dentro do processo

1. Thérèse Hamel, *Un siècle de formation des maîtres au Québec: 1836-1939* (Ville La Salle e Québec: Hurtubise, 1995); Regina Cortina e Sonsoles San Roman, *Women and Teaching. Global Perspectives on the Feminization of a Profession* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2006); Alice Prentice e Marjorie R. Theobald, *Women who Taught. Perspectives on the History of Women and Teaching* (Toronto, Buffalo e Londres: University of Toronto Press, 1991); Yesica-Paola Montes-Geles e Nilce-Vieira Campos-Ferreira, "Escuelas normales de mujeres en Colombia (1903-1914)", *Cadernos de História da Educação* 17, no. 1 (2018): 260-274, <https://doi.org/10.14393/che-v17n1-2018-16>

2. Com o Ato Adicional de 1834, aprovado pela Lei 16 de 12 de agosto, que alterou a Constituição de 1824, as instruções primária e secundária passaram a se tornar responsabilidade das administrações provinciais.

3. Leonor Tanuri, "História da formação de professores", *Revista Brasileira de Educação*, no. 14 (2000): 61-88, <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30070>

de construção de um novo perfil docente, que passou a ser balizado pela institucionalização dos saberes e métodos. Marcava-se, assim, uma ruptura com a representação do mestre-escola, aquele que possuía os conhecimentos básicos de leitura, escrita, cálculo e outras habilidades, e se sentia autorizado para transmiti-lo⁴.

A Enop, cenário específico deste estudo, foi criada pela Lei 13 de 28 de março de 1835 e estabelecida em 1840. Foi uma das primeiras escolas normais criadas no Brasil, numa cidade que se constituiu como um dos principais centros mineradores no período colonial, quando era denominada “Vila Rica”; o atual nome data do período imperial brasileiro. Foi capital da província/estado de Minas Gerais até o ano de 1897, tendo sido um importante centro urbano e cultural da região central do Brasil⁵. De acordo com o recenseamento brasileiro de 1872, o município de Ouro Preto – composto por 11 freguesias – possuía 42 582 habitantes livres e 5 632 escravizados.

Desde sua criação, a Enop teve funcionamento intermitente, tendo sido fechada e reaberta por duas vezes⁶, e, nesse período inicial, era frequentada quase que exclusivamente por homens⁷, apesar de não haver impedimentos para a frequência das mulheres. O caráter de educação mista, efetivamente, pode ser verificado a partir de sua reabertura, em 1872. O período que analisamos, de 1877 a 1889, além de ser o intervalo em que encontramos um maior volume serial de fontes, antes do período republicano, compreende o momento em que, após a entrada das mulheres para estudar no estabelecimento, verificamos o processo de feminização do corpo de alunos⁸.

Os estudos em História e História da Educação que se ocupam da docência na perspectiva masculina são recentes⁹, havendo os trabalhos que se balizam na perspectiva da História de Intelectuais ou personagens exemplares e suas contribuições para a educação de um

4. Heloisa de O. S. Vilella, “O mestre-escola e a professora”, em *500 anos de educação no Brasil*, comps. Eliane-Marta Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive-Veiga (Belo Horizonte: Autêntica, 2000), 95-134.

5. Mírian Lott, “Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade Ouro Preto: população, família e sociedade (1838-1897)” (tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009), <http://hdl.handle.net/1843/VGRO-7YDQ32>

6. A Enop foi fechada em 1842 e reaberta em 1847 pela Lei 311 de 8 de abril de 1846. Em 1852, foi novamente fechada, voltando à atividade em 1872. Ver Walquíria Rosa, “Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)” (tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001).

7. Maria-Cristina Gouvêa e Walquíria Rosa, “História da Escola Normal em Minas Gerais, 1835-1906”, em *Lições de Minas-70 anos de Secretaria da Educação*, comps. Ana-Maria-Casasanta Peixoto e Luciano Mendes de Faria Filho (Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000), 18-31.

8. Jumara Seraphim-Pedruzzi, “A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX, 1835-1889” (tese de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016), https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3871438

9. Temos como exemplos os trabalhos de Fabiana Garcia-Munhoz e Diana Gonçalves-Vidal, “Experiências docentes e culturas políticas: o professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença (1830-1860)”, *História da Educação* 21, no. 52 (2017): 157-179, <http://doi.org/10.1590/2236-3459/69297>; Surya Pombo de Barros, “Graciliano Fontino Lordão: um professor ‘de côr’ na Parahyba do Norte (2018)”, *Revista Brasileira de História da Educação* 18, no. 48 (2018): 1-26, <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/bzmnfJJD3zcKdLQQmcpHvvp/?lang=pt>; Fernanda Moraes e Diana Gonçalves-Vidal, “Professores e professoras públicas de primeiras letras em Cotia (SP, 1870-1885): trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar”, *Revista Brasileira de História da Educação* 18, no. 48 (2018): 1-23, <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/k5r7Lf9JR4KxfMYJ9Bhzx4z/?lang=pt>

período¹⁰. Por sua vez, desde a década de 1980, os estudos em História da Educação discutem sobre a feminização do magistério, sendo que, entre 2005 e 2013, foi um dos temas mais frequentes dos trabalhos apresentados na área, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação¹¹. Esses trabalhos representaram, para o campo, a visibilidade das mulheres como sujeitos que passaram a ocupar um espaço público reservado exclusivamente aos homens até as primeiras décadas do século XIX.

Se, por um lado, os estudos sobre a feminização do magistério contribuíram para quebrar os silêncios em torno dos sujeitos femininos ao longo do tempo¹², como explicar a escassez nas pesquisas quanto ao homem professor, suas experiências e trajetórias escolares? Acreditamos que seria reflexo da naturalização do masculino como referência, como já dado, pois, até um período recente, a escrita da história era pensada e produzida predominantemente pelos homens, o que acabou se tornando um pressuposto epistemológico. Some-se a isso o fato de que as fontes oficiais refletiam os sujeitos que ocupavam os lugares de sua produção, ou seja, os espaços públicos, instituições políticas e de caráter administrativo, o que contribuía para recortar os fenômenos históricos a partir dessa perspectiva, sendo, portanto, naturalizado.

Revisitar o século XIX buscando problematizar a trajetória de rapazes que frequentaram a Escola Normal e atuaram no magistério, num período de evasão desse grupo, representa lançar luz sobre o avesso daquilo que os estudos sobre feminização do magistério propunham. Com este estudo, pretendemos contribuir para os conhecimentos do campo, analisando a trajetória daqueles rapazes que permaneceram e construíram parte de suas vidas atuando como professores. Nesse sentido, conforme Del Priore e Amantino¹³, para fugir do risco de se produzir abstrações generalizantes e naturalizantes sobre a atuação de homens no magistério, analisamos a trajetória de 14 homens *comuns*, buscando discutir a construção – ou reconstrução – do lugar simbólico do homem no magistério e, de modo complementar, o significado do magistério para esse grupo ou para cada um desses sujeitos. Além de estarem situados num contexto escolar, social e cultural específicos, suas vidas eram atravessadas por tensões e necessidades que resultaram em escolhas particulares, às quais buscamos dar inteligibilidade.

Para realizar esta investigação, o nome se constituiu como unidade de análise inicial para tentarmos reconstruir a teia de relações nas quais os sujeitos estavam inseridos. Partindo dessa opção metodológica, conforme Carlo Ginzburg e Carlo Poni¹⁴, estamos condicionados/

10. São referências de destaque Clarice Nunes e Anísio Teixeira, *A poesia da ação* (Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000); Cláudia Alves e Juçara-Luzia Leite, eds., *Intelectuais e história da educação no Brasil. Poder, cultura e políticas* (Vitória: EduFES, 2011).

11. Ester Buffá, “Os 30 anos do GT História da Educação: sua contribuição para a constituição do campo”, *Revista Brasileira de História da Educação* 16, no. 4 (2016): 393-419, <http://doi.org/10.4025/rbhe.v16i4.885>

12. Michelle Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história* (Bauru: EduSC, 2005).

13. Mary Del Priore e Marcia Amantino, coords., *Apresentação a História dos homens no Brasil* (São Paulo: Unesp, 2013), 9-14.

14. Carlo Ginzburg e Carlo Poni, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, em *A micro-história e outros ensaios*, comps. Carlo Ginzburg e Carlo Poni (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991), 169-178.

as às possibilidades e aos limites determinados pelos arquivos depositários dos documentos que nos interessam, os quais apresentam, cada um, de acordo com sua especialidade ou finalidade, fragmentos de informações, de experiências, do cotidiano, daquilo que foi vivido. Coube a nós, pesquisadoras, articular esses fragmentos e buscar construir uma narrativa que se aproxime, o melhor possível, da dinâmica social que envolveu as atividades educacionais e profissionais dos sujeitos em questão. Para isso, os registros de batismo, em confronto com as idades declaradas nas listas de matrícula da Enop, indicavam o perfil etário dos estudantes; os dados dos genitores, presentes nos documentos escolares, levaram-nos a localizar, em muitos casos, por meio de almanaques, notícias em jornais e inventários, a profissão e a relação dos bens das famílias, para compreender a ambiência social em que estavam inseridos; os mesmos jornais, articulados a documentos administrativos –Relatórios da Assembleia Legislativa Provincial, certidões de casamento e óbito– e educacionais –Livros de matrícula de professores, termos de posse, afastamentos– possibilitaram acompanhar a trajetória escolar, pessoal e profissional, que, na maioria dos casos, envolveu a docência, ainda que não exclusivamente.

Esse conjunto heterogêneo de documentos sustenta esta análise, além de outros referentes às mulheres que frequentaram a Enop no mesmo período, que serão trazidos para fins de comparação e contraste, pois, ao se trazer a categoria *gênero* para a análise, consideramos, inicialmente, a constituição do masculino e da masculinidade com relação ao seu contexto social e histórico, e não como essencialidade¹⁵; além disso, consideramos que essa construção se dá, culturalmente, “em sua relação com o seu outro, em sua presença ou em ausência”¹⁶.

Os jovens normalistas em Ouro Preto

A Lei 1.769 de 1871, que restabeleceu o funcionamento da Enop em sua terceira fase, previa a frequência de ambos os sexos, em lições alternadas¹⁷, havendo, portanto, a intenção de se manter um estabelecimento misto. O curso, que, em suas duas primeiras fases, apresentava caráter de *atualização* dos professores já em exercício, durava dois meses¹⁸. Ao longo dos anos, foi sendo aprimorado e, com a emergência de sua reabertura em 1872, passou a ter a

15. Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade* 20, no. 2 (1995): 71-99, <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

16. Eliane-Marta Teixeira-Lopes, “Pensar Categorias em História da Educação e Gênero”, em *Conhecimento e inclusão social: 40 anos de pesquisa em educação*, comps. Eliane-Marta Teixeira-Lopes e Marcelo-Ricardo Pereira (Belo Horizonte: UFMG, 2011), 145-146.

17. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Lei no. 1.769 de 4 de abril de 1871, Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871”, em Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte-Brasil, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-2131, t. 37 part. 1, microfilme: leis mineiras rolo 34 flash 01, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=2757

18. Rosa, “Instrução pública”.

duração de dois anos¹⁹, aumentando para três anos em 1883²⁰. A partir da década de 1870, porém, as escolas normais, não só em Minas Gerais, mas em muitas províncias, passaram a atrair um maior número de moças que de rapazes²¹.

Verificamos que, de 1877 a 1889, a Enop matriculou, no último ano do curso²², 67 mulheres e 17 homens, ou seja, estes últimos representavam pouco mais de 20% dos alunos matriculados. Concluíram o curso 68 estudantes, dos quais 54 mulheres e 14 homens. A evasão foi de cerca de 19% das moças e de 17% dos rapazes, sendo, portanto, quase equivalente²³. Interessou-nos, nesse sentido, compreender melhor o perfil e a trajetória desses jovens que representavam a minoria num ambiente majoritariamente ocupado pelas mulheres. Na Tabela 1 a seguir, temos a visualização do conjunto desses sujeitos com relação a algumas de suas características:

Tabela 1. Lista de alunos do sexo masculino formados pela Enop entre 1877 e 1889

N	Nome	Idade durante o curso	Naturalidade
1	Antonio Mamede de Oliveira Coutinho	19 - 20 Anos	Lorena (São Paulo)
2	Arthur Ribeiro de Carvalho	20 - 22 anos	Ouro Preto
3	Bernardino de Senna Nunes	19 anos	Ouro Preto
4	Carlos Borja Peixoto	17 - 18 anos	Ouro Preto
5	Francisco de Paula Barcellos	18 - 19 anos	Ouro Preto
6	Jacintho Gregório dos Santos	16 - 17 anos	Ouro Preto
7	João Maria da Silveira	18 - 19 anos	Ponte Nova (Minas Gerais)
8	Joaquim da Rocha Fiuza	19 anos	Ouro Preto
9	Joaquim Pio de Assumpção	19 - 22 anos	Antônio Pereira (Minas Gerais)

19. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Regulamento no. 62 de 11 de abril de 1872, Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1872”, em APM, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-2333, t. 39 part. 2, microfilme: leis mineiras rolo 04 flash 01, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=2959

20. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Regulamento no. 100 de 19 de junho de 1883, Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro e Tipograf, 1883”, em APM, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-3586, t. 50 part. 2, microfilme: leis mineiras rolo 05 flash 05, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=4144

21. José Carlos Araújo, Anamaria Freitas e Antônio Lopes, eds., *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República* (Campinas: Editora Alínea, 2008).

22. Estamos considerando apenas as matrículas no último ano do curso, para facilitar a comparação dos dados de egressos/as e formandos/as, uma vez que o número de matrícula em cada um dos três anos gera dados complexos, os quais envolvem evasão e repetência.

23. Instrução Pública, “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 123, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1877-1883; Instrução Pública, “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública Instrução Pública IP 123/ IP 133, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1883-1890.

N	Nome	Idade durante o curso	Naturalidade
10	José Honório de Souza Alves	20 - 21 anos	Ouro Preto
11	Modestino Elesiário de Arnide	17 - 19 anos	São João do Morro Grande (Minas Gerais)
12	Pedro Mourthé Sobrinho	22 - 23 anos	Barbacena (Minas Gerais)
13	Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça	20 anos	Ouro Preto
14	Theophilo Coelho de Gouvêa	17 - 20 anos	Serro (Minas Gerais)

Fonte: “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo: Instrução Pública IP-123/IP-133.

De acordo com a Tabela 1, verificamos que os normalistas tinham idade entre 16 e 23 anos. Encontravam-se, portanto, na *moçidade*, etapa geracional que, no período, segundo os dicionários, compreendia a idade de 14 a 24 anos, para o sexo masculino e, antecedendo a idade adulta, era concebida como momento de transição, logo, de constituição e aperfeiçoamento²⁴. A maioridade, nesse período, era conquistada aos 21 anos²⁵, de modo que esses rapazes se encontravam sob a proteção do pátrio poder; ao concluírem o curso e pleitearem a carreira do magistério, poderiam conquistar a independência financeira, mas, de imediato, somente quatro deles teriam autonomia civil.

Para esses rapazes, o ingresso na Enop se deu numa fase da vida e em um contexto em que outras oportunidades educacionais estavam disponíveis em Ouro Preto, como a Escola de Farmácia (1839) e as recém-fundadas Escola de Minas (1876) e Liceu Mineiro (1872). Sabemos que ao menos cinco deles (Joaquim Fiuza, Bernardino, Francisco, Pedro e José) foram alunos do Liceu Mineiro anos antes de frequentarem o curso normal²⁶. Não sabemos dizer se concluíram o Liceu, mas constatamos que todos eles exerceram o magistério, em pelo menos algum momento.

A escolha pelo curso normal, em alguns casos, parece estar relacionada com a trajetória familiar; Theophilo, Bernardino e Modestino tiveram pais que foram professores e destes, os dois primeiros seguiram seus passos profissionais. Modestino, além do pai, tinha uma irmã

24. Mônica-Yumi Jinzenji e Eliezer-Raimundo da Costa, “Adolescência/juventude como categoria de análise nas pesquisas em história da educação: contribuições teórico-metodológicas”, em *Historiografia da educação. Abordagens teóricas e metodológicas*, comps. Cynthia Veiga e Marcus Tabora de Oliveira (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019), 187-222.

25. Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I, 5 vols. (Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870), <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>

26. “Editaes – Inspectoria Geral de Instrução Pública”, *Diário de Minas*, 22 de novembro de 1873, 4; “Noticiário – Liceo Mineiro”, *Diário de Minas*, 20 de novembro de 1874, 4; “Noticiário – Liceo Mineiro”, *Diário de Minas*, 23 de novembro de 1874, 3; “Parte Official – Governo Provincial. Secretaria do Governo. Instrução Pública”, *Diário de Minas*, 16 de novembro de 1875, 2; “Editaes – Inspectoria Geral da Instrução Pública”, *Diário de Minas*, 20 de novembro de 1875, 4.

professora, que havia se formado na Enop em período anterior a ele²⁷, porém exerceu outras atividades. Um outro caso é o de Francisco Barcellos (que concluiu o curso normal em 1879²⁸), cuja sobrinha Luiza Carolina Barcellos de Carvalho também ingressou na instituição²⁹.

A Enop pode também ter funcionado como uma alternativa gratuita e legítima para encaminhar profissionalmente jovens *rapazes de família*, e evitar o recrutamento compulsório para atuar em frentes de combate que, presente desde o período colonial, vigorou até 1916³⁰. Tendo como *alvo* indivíduos do sexo masculino entre 15 e 49 anos, as condições precárias de alimentação e saúde, os riscos de adoecimento e morte nunca tornaram a carreira de soldado popular entre jovens e suas famílias³¹. Além disso, no cenário urbano em que se encontravam, havia variados lugares para a masculinidade em construção; um contraponto à ideia de virilidade como condição masculina, que se pautava no poder de mando³² e no uso da violência³³, era a representação, em fins do século XIX, da imagem do “homem urbanizado, letrado e burguês”³⁴ que passou a ser difundido, sobretudo pela imprensa. O estudo, em nível secundário ou superior, constituiria esse novo repertório, que passava pelo saber se vestir e se portar, que representavam sinais de certa civilidade urbana. O curso normal, nesse contexto, era uma escolha que conferia, no intervalo de dois ou três anos de estudos gratuitos, prestígio social, principalmente no cenário educacional do período. Forjava-se uma profissão que, no passado próximo daquele período, era exercida pelos mestres-escola, mencionados anteriormente, como quem possuía reconhecimento público do domínio de habilidades requeridas para a docência.

Inspiradas em Pierre Bourdieu³⁵, podemos dizer que se produzia, naquele período, uma compreensão de que o curso normal e o diploma atestavam uma competência específica e

27. Instrução Pública, “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 123, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1877-1883.

28. Instrução Pública, “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 133, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1877-1883.

29. Instrução Pública, “Matrícula dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 133, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1883-1890.

30. Segundo Vitor Izecksohn, apesar de a Constituição de 1891 ter proibido o recrutamento forçado, a prática continuou acontecendo, como estratégia para compor o corpo de soldados para atuar nas diversas campanhas e batalhas internas e nas fronteiras do Império. Eram recrutados, principalmente, criminosos e degradados morais, mas, muitas vezes, por erro ou escassez de recursos, “homens de bem” e pais de família acabavam sendo levados. Ver Vitor Izecksohn, “Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil”, em *História dos homens no Brasil*, comps. Mary Del Priore e Marcia Amantino (São Paulo: Editora Unesp, 2013), 267-297.

31. Izecksohn, “Quando era perigoso”, 267-297.

32. Para essa discussão, ver Eduardo Schnoor, “‘Riscando o chão’: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império”, em *História dos homens no Brasil*, comps. Mary Del Priore e Marcia Amantino (São Paulo: Editora Unesp, 2013), 85-117; Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala* (São Paulo: Global Editora, 2006); Durval de Albuquerque Júnior, *A invenção do nordeste e outras artes* (São Paulo: Cortez Editora, 2009).

33. Para essa discussão, ver Matheus Zica, *Masculinidades possíveis. Representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro* (João Pessoa: Editora da UFPB, 2015); François Guillet, “O duelo e a defesa da honra viril”, em *História da virilidade*, 2 vols., orgs. Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (Petrópolis: Vozes, 2013), 2: 97-152.

34. Denise Sant’Anna, “Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República”, em *História dos homens no Brasil*, comps. Mary Del Priore e Marcia Amantino (São Paulo: Editora Unesp, 2013), 245-266.

35. Pierre Bourdieu, *A distinção. Crítica social do julgamento* (Porto Alegre: Zouk, 2017).

diferenciada para o exercício da docência, o que era compartilhado socialmente e resultava em privilégios para esse grupo, com impactos nos salários, que eram maiores. Além disso, quando não houvesse outros candidatos à mesma cadeira pública de instrução elementar ao qual se candidatavam, os professores normalistas não precisariam se submeter aos tradicionais exames de verificação de domínio dos conteúdos³⁶. Há sinais de disseminação dessa percepção distintiva dos normalistas por outras instâncias sociais não diretamente relacionadas ao meio educacional, nos anúncios de abertura das aulas, pela imprensa, que adotam o termo “normalista” como um adjetivo para qualificar os professores egressos da Escola Normal. Podemos dizer que havia um benefício simbólico conferido pelo diploma, como ilustra o anúncio a seguir, a respeito de dois egressos da Enop: “no dia 7 de janeiro vindouro será installada uma escola nocturna na casa de instrução primária da freguezia de Antonio Dias desta capital, sob a regência dos normalistas Francisco de Paula Horta e Pedro Mourthé”³⁷.

Dos 14 estudantes analisados nesta pesquisa, oito eram naturais de Ouro Preto (núcleo urbano), deduzindo-se que residiam na mesma localidade, e um era morador de uma das freguesias mais distantes da cidade (Antônio Pereira). Já quatro eram naturais de outras cidades da província, e um era natural da província de São Paulo. Não se tem notícia se os estudantes de outras localidades migravam para frequentar a Enop ou se já haviam migrado antes, por outros motivos, mas, na primeira alternativa, deviam arcar com a moradia e demais despesas, já que a escola não funcionava em regime de internato³⁸. As localidades mais distantes de onde esses estudantes eram originários eram Barbacena, Serro e Lorena. Sabemos que, em 1879, estavam em funcionamento as Escolas Normais de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros, e, em 1884, somavam também as de Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João del-Rei³⁹. Por essas informações, quando Pedro Mourthé, natural de Barbacena, foi normalista, não havia outras opções mais próximas para o estudo; já Theophilo Gouvêa, natural do Serro, poderia ter optado pela Escola Normal de Diamantina. Mas, mesmo se considerarmos os naturais de localidades mais próximas, como Ponte Nova e Antônio Pereira, era necessário um deslocamento

36. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Regulamento no. 62 de 11 de abril de 1872, Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1872”, em APM, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-2333, t. 39 part. 2, microfilme: leis mineiras rolo 04 flash 01, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=2959; Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Regulamento no. 100 de 19 de junho de 1883, Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro e Tipograf, 1883”, em APM, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-3586, t. 50 part. 2, microfilme: leis mineiras rolo 05 flash 05, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=4144; Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, “Regulamento no. 84 de 21 de março de 1879, Ouro Preto: Tipografia do Liberal Tipografia da Atualidade, 1879”, em APM, Fundo: Coleção leis mineiras (1835-1889), LM-3032, t. 46 part. 2, microfilme: leis mineiras rolo 05 flash 01, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=3662

37. “Annuncio. Instrucção Primaria”, *A Actualidade*, 15 de novembro de 1880, 3.

38. Em notícias de jornais de Ouro Preto, anunciam-se vagas em pensões para as normalistas vindas de outras localidades. Deduzimos que poderia haver o equivalente para os homens.

39. Maria-Cristina Gouvêa, “A construção de um projeto de formação de professores. As escolas normais no período imperial”, em *História da Educação em Minas Gerais*, comps. Ana-Amélia Lopes et al. (Belo Horizonte: FCH-Fumec, 2002), 260-264.

considerável para se frequentar o curso⁴⁰, ainda mais levando em consideração que os caminhos de acesso na época eram mais difíceis, e os meios de locomoção mais lentos que os atuais. No caso de Antônio Mamede de Oliveira Coutinho, de Lorena, quando frequentou o curso, já estavam em funcionamento ao menos outras quatro escolas normais que se localizavam a uma distância menor (Campanha, São João del-Rei, Barbacena e Juiz de Fora). Isso indica que ou já era residente de Ouro Preto, ou fez essa opção por outros motivos.

Magistério e outras atividades profissionais

Na Tabela 2 a seguir, buscamos apresentar a trajetória profissional e pessoal desses homens, do período em que estudaram na Enop até as primeiras décadas do século XX. Algumas lacunas indicam que não conseguimos identificar a continuidade da atividade anterior, mas, em quase todos os casos, é plausível que isso tenha ocorrido. Optamos pelo intervalo de dois anos, pois pareceu aquele que melhor permitiria visualizar os principais aspectos das trajetórias, que nos interessava analisar.

Observa-se, primeiramente, que a maior parte dos rapazes frequentou o curso normal nos primeiros anos do intervalo investigado, período após o qual identificamos poucos estudantes do sexo masculino que concluíram o curso. Evidencia-se, portanto, uma rápida ascensão feminina entre fins da década de 1870 e o seu predomínio na década de 1880, e o progressivo abandono da população masculina por essa formação.

Identificamos as datas dos casamentos de apenas cinco sujeitos; entretanto, temos indícios de que outros três normalistas também se casaram. Quando temos acesso às datas, verificamos que o matrimônio ocorria após a formação normal e, na maioria dos casos, os rapazes tinham maioridade civil e já atuavam no magistério. A constituição de família era, portanto, uma perspectiva possível, já em fase inicial da carreira, e aqueles que se casaram conciliaram o matrimônio e a atividade profissional, o que nem sempre acontecia com as mulheres. Para elas, embora o magistério pudesse ser conciliado ao casamento, em alguns casos, serviu como alternativa a ele⁴¹, além de muitas professoras se casarem tarde⁴². Desses sujeitos, Carlos se casou com a também normalista formada na Enop, Augusta Catharina dos Santos⁴³, o que indica que o espaço escolar também proporcionou encontros pessoais duradouros. Ambos exerceram o magistério em Minas Gerais.

40. Antônio Pereira está a cerca de 15 quilômetros de Ouro Preto. Já Ponte Nova se localiza a 80 quilômetros da cidade.

41. June Hahner, "A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX", *Gênero* 10, no. 2 (2010): 313-332, <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882>

42. Diana Vidal e Marília Carvalho, "Mulheres e Magistério primário: Tensões, ambiguidades e deslocamentos", em *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*, comps. Diana Vidal e Maria Lúcia Hilsdorf (São Paulo: Edusp, 2001), 205-224.

43. Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Nossa Senhora da Conceição (AAM), Ouro Preto-Brasil, Seção: microfímes, casamentos, 1782-1889, microfilme 1284550, itens 1-5, <https://www.familysearch.org/search/catalog/25836?availability=Family%20History%20Library>

Tabela 2. Alunos do sexo masculino da Enop egressos de 1877 até 1889 e seus percursos profissionais

Nome	1877 - 1879	1880 - 1882	1883 - 1885	1886 - 1888	1889 - 1891	1892 - 1894	1895 - 1897	1898 - 1900	1901- 1903	1904 - 1906	1907 - 1909	1910 em diante
Antonio			■	■	■	■	■	■	■	■		
Arthur		■	■	■	■	■				■	■	■
Bernardino	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■
Carlos	■	■	■	■	■	■	■	■				
Francisco	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■
Jacinto		■			■	■	■	■				
João	■	■	■	■	■	■						
Joaquim da Rocha	■	■	■			■	■					
Joaquim Pio			■	■	■	■					■	
José	■	■	■	■			■					■
Modestino	■	■	■	■	■		■		■	■	■	■
Pedro	■	■	■	■	■	■	■		■			
Rosalvo		■		■	■	■	■	■	■	■	■	■
Theophilo	■	■	■		■	■	■	■		■		



Fontes: Almanques de Minas Gerais; Periódicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais; Relatórios da Presidência na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais; APM, Fundos: Instrução Pública - IP e Secretaria do Interior - SI; Livros de matrícula da Enop; Livros de matrícula de professores das escolas primárias; Livros de matrícula de professores nas Escolas Normais, Atas e correspondências enviadas e recebidas pela Enop. Os quadros mesclados na vertical indicam que uma atividade ocorreu após a outra. Já os mesclados na horizontal indicam que as atividades estavam sendo efetuadas simultaneamente.

Prover economicamente a família fazia parte das representações em torno da masculinidade, e o próprio matrimônio constituía, para os homens, essa masculinidade. Para o século XIX, “envelhecer solteiro poderia significar pobreza, infertilidade, devassidão ou homossexualismo”⁴⁴. A Tabela 3 abaixo sintetiza as ocupações profissionais dos sujeitos.

Tabela 3. Atividades profissionais exercidas pelos egressos do sexo masculino da Enop de 1877 a 1889

	Atividade profissional	Quantidade de egressos
1	Professor de escola elementar	9
2	Professor de Escola Normal	2
3	Professor do Liceu de Artes e Ofícios	2
4	Funcionário dos Correios	4
5	Escrivão	1
6	Tipógrafo	1
7	Subdelegado	2
8	Funcionário de diferentes segmentos da Administração Provincial/Estadual	3

Fonte: Almanques de Minas Gerais; Periódicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais; Relatórios da Presidência na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais; APM, Fundos Instrução Pública – IP e Secretaria do Interior – SI; Livros de matrícula da Enop; Livros de matrícula de professores das escolas primárias; Livros de matrícula de professores nas Escolas Normais; Atas e correspondências enviadas e recebidas pela Enop.

Ao relacionarmos as informações da Tabela 3 às da Tabela 2, podemos compreender a dinâmica das permanências e das mudanças de ocupação ao longo do tempo. Assim, dos nove normalistas que exerceram o magistério em escolas elementares ao longo de suas vidas, cinco deles aparentemente a exerceram exclusivamente. Entretanto, chama-nos a atenção que os pedidos de remoção para o exercício do magistério em outras localidades eram comuns, havendo mais de uma requisição para cada um desses sujeitos, fato já mencionado por Nascimento⁴⁵. A circulação pelo território parece ser uma constante para professores e professoras que, no início de suas carreiras profissionais, buscavam se estabelecer em localidades onde era mais conveniente. João Maria da Silveira, por exemplo, acabou retornando a Ponte Nova, onde nascera, circulando pela região⁴⁶.

44. Marcus Carvalho, “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”, em *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*, comps. Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Ferreira (Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2006), 184.

45. Cecília Nascimento, “Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará-Minas Gerais (1830-1904)” (tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011), <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8M5GKC>

46. Instrução Pública, “Matrícula dos professores de instrução primária”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 29, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1869-1893; Instrução Pública, “Matrícula dos Professores da Instrução Pública”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 03, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1869-1887.

Conforme Faria Filho e Macedo⁴⁷, se, em 1865, as mulheres representavam 16,1 % do professorado em nível elementar em Minas Gerais, no ano de 1881, esse índice havia aumentado para 38,6 %. Segundo Gondra e Schueler⁴⁸, os historiadores que se dedicam à temática da feminização do magistério brasileiro consideram que a presença de indivíduos do sexo masculino na docência primária fez-se marcante até as primeiras décadas do século XX. Assim, esses professores exerceram o magistério num contexto em que os homens ainda eram a maioria na docência elementar. Entretanto, constituíam um novo perfil, o de professores jovens e formados.

Dois dos alunos iniciaram a vivência profissional no interior da própria Enop, como amanuenses, ou seja, executando serviços de copista, de secretaria e de substitutos temporários dos mestres impossibilitados de exercerem a função: Joaquim Pio e Antônio. Joaquim foi nomeado amanuense em 1884, quando era estudante do segundo ano⁴⁹. Além das atividades administrativas, sabemos que substituiu a professora da aula prática, em maio de 1885⁵⁰, e, depois de formado, foi professor de instrução pública elementar do município de Piranga, onde exerceu o magistério durante quase toda a sua trajetória profissional⁵¹. Antônio foi nomeado amanuense após a exoneração de Joaquim, quando este concluiu o curso, em 1887⁵². Dedicou toda a sua carreira profissional atuando na Escola Normal de Uberaba, que havia sido recém-criada⁵³. Inicialmente como lente da aula prática, prestou concurso e foi aprovado para a cadeira de Desenho Linear e Geometria, na qual lecionou até ser nomeado vice-diretor⁵⁴. Anos mais tarde, exerceu o cargo de diretor da instituição⁵⁵.

47. Luciano Faria-Filho e Elenice Macedo, "A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos", comunicação realizada no III Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, novembro, 2004.

48. José Gondra e Alessandra Schueler, *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro* (São Paulo: Cortez Editora, 2008).

49. Instrução Pública, "Termo de juramento dos professores e empregados da Escola Normal de Ouro Preto", em APM, Fundo: Instrução Pública IP 135, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1883-1893.

50. Instrução Pública, "Ouro Preto-Escola Normal", em APM, Fundo: Instrução Pública 1/3-Cx.20, Série: Correspondência Recebida, Escolas Oficiais e Particulares, no. 13, 1885.

51. Instrução Pública, "Matrícula dos professores da instrução primaria", em APM, Fundo: Instrução Pública IP 56, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1885-1893; Instrução Pública, "Matrícula dos professores", em APM, Fundo: Instrução Pública IP 07, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1868-1893; *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: editado por Manoel José da Silva & C.ª, 1909).

52. Minas Gerais, *Assembleia Legislativa Provincial. Relatório vice-presidente Souza Magalhães* (Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887).

53. Nos parâmetros atuais, a distância entre Ouro Preto e Uberaba é de pouco mais de 600 km. Esse deslocamento considerável indica que a oportunidade profissional era compensatória.

54. Secretaria do Interior, "Matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais", em APM, Fundo: Secretaria do Interior SI 872, Série: Instrução Pública, Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, 1891-1910; "Correspondências. Minas Geraes", *Jornal do Commercio*, 17 de novembro de 1889, 2; "Municípios. Uberaba", *Minas Geraes*, 21 de abril de 1892, 5; "Instrução Pública. Extracto do experiente feito na Secretaria da Inspectoria Geral da Instrução Pública, de 20 a 25 de junho de 1892", *Minas Geraes*, 3 de julho de 1892, 2.

55. André-Luís Oliveira, "A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano" (tese de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2018), https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6895093

Pedro Mourthé parece ter sido o único egresso desse grupo a conciliar a docência nas escolas elementares com outra atividade profissional: a de funcionário da Tesouraria da Fazenda⁵⁶. Já Francisco de Paula Barcellos aparentemente foi o único que, após cerca de oito anos atuando no magistério⁵⁷, inicialmente na cidade do Pomba, depois em Formiga, abandonou a profissão e começou a trabalhar na Diretoria da Fazenda Provincial em 1889, assumindo o cargo de funcionário do Tesouro do Estado em 1890, cargo semelhante ao de Pedro, atuando como amanuense na secretaria de finanças. Mudou-se para Belo Horizonte em 1897, logo na fundação da nova capital, e seguiu atuando como funcionário público⁵⁸.

Esses dois percursos indicam uma característica presente nas experiências de homens professores que diferenciaria das mulheres: conciliar o magistério com outra atividade profissional, também discutido por Moraes e Vidal⁵⁹ ou a ascensão profissional, seja dentro do campo educacional, seja em outras profissões. Outros casos se assemelham a esses, como os de Bernardino e Carlos. Ambos vivenciaram o deslocamento dentro da carreira docente para outros níveis de ensino: Carlos atuou por cerca de sete anos como professor em escolas elementares em Mar d’Espanha, Ayuroca e Rio Preto, quando pediu exoneração e se mudou para Ouro Preto. Lá abriu uma aula noturna no Liceu de Artes e Ofícios, onde lecionava português e aritmética, ao mesmo tempo que abriu uma aula particular. Após cerca de quatro anos, passou a secretário da Enop e, em seguida, professor da aula prática, de História, Cosmografia e Geografia na mesma instituição, não mais lecionando nas escolas elementares⁶⁰.

56. “Noticiário. Tesouraria de Minas Geraes”, *A Actualidade*, 3 de maio de 1881, 3; “Secção Official. Governo provincial”, *A Actualidade*, 28 de setembro de 1881, 1.

57. Instrução Pública, “Matrícula dos professores de Instrução Primária”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 19, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1868-1893; Instrução Pública, “Matrícula dos professores da Instrução Publica”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 33, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1861-1887.

58. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904, 1905, 1906 e 1907); *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Editado por Adriano Maury & C, 1908); *Almanak Laemmert: Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Editado por Manoel José da Silva & C, 1909); *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typographicas do Almanak Laemmert: 1910, 1913, 1914, 1915 e 1917); “Directoria da Fazenda Provincial”, *A Província de Minas*, 7 de fevereiro de 1889, 1; “Thesouro do Estado de Minas”, *O Estado de Minas Geraes*, 27 de setembro de 1890, 3; “Noticiário. Nomeações”, *Minas Geraes*, 1 de setembro de 1892, 2; “Secção Alheia. Despedida”, *Minas Geraes*, 2 de novembro de 1897, 7.

59. Moraes e Gonçalves-Vidal, “Professores e professoras”, 1-27.

60. Instrução Pública, “Correspondência expedida e recebida pela Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 133, Série: Correspondência Expedida, Escolas Oficiais e Particulares, 1883-1896; Instrução Pública, “Atas da Congregação da Escola Normal de Ouro Preto”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 138, Série: Documentação Interna, Atas, 1883-1903; Instrução Pública, “Matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais”, em APM, Fundo: Secretaria do Interior SI 872, Série: Correspondência Expedida, Escolas Oficiais e Particulares, 1883-1896; Secretaria do Interior, “Correspondência referente a licenças e Instrução Pública”, em APM, Fundo: Secretaria do Interior SI 648, Série: Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, 1893-jul/dez; Instrução Pública, “Matrícula dos professores de instrução primária”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 30, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1854-1894; Instrução Pública, “Matrícula dos professores de Instrução Primária”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 19, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1868-1893; *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto (MG) do ano de 1890* (Ouro Preto: Typographia d’ A Ordem, 1890); “Lyceo de artes e officios”, *Liberal Mineiro*, 17 de dezembro de 1886, 1; “Noticiário. Exoneração”, *A União*, 11 de dezembro de 1886, 1.

Bernardino também foi professor no Liceu de Artes e Ofícios, além de ter sido professor em escolas elementares⁶¹.

O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi instalado no dia 25 de março de 1886⁶². De iniciativa filantrópica, com algum auxílio do governo, a instituição tinha o corpo discente constituído pela camada mais pobre da sociedade, com o objetivo de lhe proporcionar a aprendizagem de um ofício. Entre esse público estavam os negros libertos pela lei do Ventre Livre, de 1871 – aqueles nascidos de negras escravizadas, a partir dessa Lei, seriam livres⁶³. Com o aumento do contingente de pessoas pobres livres, nas últimas décadas do século XIX, houve, além da ampliação de escolas elementares, a criação de aulas noturnas para adultos, em várias partes do Império; segundo Barros⁶⁴ e Gonçalves⁶⁵, essas aulas eram voltadas principalmente para os negros, tanto os livres quanto os escravizados. Dos sujeitos aqui analisados, cinco lecionaram em aulas noturnas, com perfis diversos.

Bernardino e Joaquim Pio lecionaram em escolas noturnas de iniciativa pública; Carlos, como mencionado anteriormente, tomou a frente na abertura de uma aula noturna no Liceu, de iniciativa filantrópica e auxílio do governo, enquanto João e Pedro abriram aulas noturnas particulares, o primeiro em Ponte Nova e o segundo em Ouro Preto. A perspectiva de abrir um curso noturno pago para a camada pobre da sociedade indica que se tratava de uma demanda premente e com boas perspectivas para os jovens recém-formados. Os anúncios abaixo ilustram esses diferentes perfis:

Abrio-se no lyceo de artes e officios mais uma aula nocturna para os pobres escravizados, os quaes deverão apresentar licença dos respectivos Snrs., a fim de lhes ser facultada a matricula. Incumbio-se d'esse patriótico trabalho o professor Snr. Carlos Borja Peixoto.⁶⁶

Com o fim de tornar a instrução acessível a todos os que, desejando cultivar o espirito, não o podem fazer durante o dia, por causa de suas occupações, resolverão os abaixo assignados abrir n'esta cidade, à rua Direita, uma aula nocturna, onde leccionarão – 1.

61. Almanak Laemmert, 1909; Almanak Laemmert, 1910; Almanack Administrativo, 1890; Instrução Pública, “Matrícula dos professores de instrução primária”, em APM, Fundo Instrução Pública IP 29, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1869-1893; Instrução Pública, “Matrícula dos professores de instrução primária”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 30, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1854-1894; Instrução Pública, “Matrícula dos professores da instrução primaria”, em APM, Fundo: Instrução Pública IP 56, Série: Documentação Interna, Mapas e Listas, 1885-1893.

62. Carla-Simone Chamon, “Escolas de artes e officios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império”, *Cadernos de História da Educação* 13, no. 2 (2014): 569-591, <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29208>

63. O sistema escravista no Brasil entrou em crise desde meados do século XIX, tendo sido extinto pela Lei 3353, de 13 de maio de 1888.

64. Surya Pombo de Barros, “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”, *Educação e Pesquisa* 42, no. 3 (2016): 591-605, <http://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>

65. Luiz-Alberto Gonçalves, “Negros e educação no Brasil”, em *500 anos de educação no Brasil*, comps. Eliane-Marta Lopes, Luciano Faria-Filho e Cynthia Veiga (Belo Horizonte: Autêntica, 2011), 325-346.

66. “Lyceo de artes e officios”, *Liberal Mineiro*, 17 de dezembro de 1886, 1.

Letras, compreendendo leitura, calligraphia, elementos de civilidade, as quatro operações de inteiros, systema métrico e doutrina, — e arithmetica e portuguez.

Pelo ensino da primeira matéria cobrarão de cada alumno, 3 000 reis mensais, e pelo de cada uma das outras, 5 000 rs.

A aula funcionará das 6 horas da tarde as 9 da noite.

N'ella serão admitidas pessoas de qualquer idade e condição, desde que tenham regular comportamento.

Os escravos, porem, só poderão frequentar-a com permissão de seus respectivos senhores.⁶⁷

O requisito de que tenham *regular comportamento* e o ensino de *elementos de civilidade* indica que se tratava de uma alternativa que previa acolher pessoas cujos hábitos e padrões de comportamento necessitavam ser também educados. Possivelmente por isso, não encontramos, até o momento, nenhuma evidência de que as mulheres atuaram nesse segmento de ensino, provavelmente pelos constrangimentos morais.

Essa atuação nas aulas noturnas, as quais eram concomitantes às aulas elementares *regulares* ou não, pode ter se constituído como um *degrau* para a ascensão na carreira docente, como foi o caso de Carlos, ou como uma oportunidade para responder a uma demanda em crescimento, como parece ter sido os casos de João e Pedro. Entretanto, levanta indícios também de uma atuação engajada politicamente, já que a causa abolicionista estava em pauta, envolvendo os segmentos profissionais de diversas formas. Um exemplo bastante ilustrativo é o caso de Modestino, um dos quatro egressos que não atuou no magistério e fundou o jornal *União Postal*⁶⁸ de Ouro Preto, do qual era proprietário. Nesse jornal, encontramos uma notícia, aparentemente escrita por um ex-escravizado ou filho de escravizados (ou assim se quer identificar o autor, que assina como Henrique Cancio), que agradece a uma iniciativa antiescravista feita pelo conselheiro Joaquim José de Sant'Anna, cujo nome dá título à matéria, e é chamado de "ancião". Segue um trecho da matéria, escrita em versos, presente no número 21, de 31 de dezembro de 1887:

Salve, três vezes salve, oh! Venerando ancião!
E nós da escravidão os filhos desgraçados,
Que até eramos privados
Da família e de amor, de paz e de carinho,
Aves de arribação, sem um pequeno lar
Aonde ao por do sol fôssemos fabricar
P'ra nossos filhos berço ou um pequeno ninho,
Que entregues muita vez a bárbaros senhores
Como animaes quaisquer, aos cálidos calores

67. "Secção Livre. Cidade da Ponte Nova", *A Província de Minas*, 8 de maio de 1881, 4.

68. Pelo acervo disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o jornal teve sua produção iniciada em 1887, ou seja, compatível com o período após a passagem de Modestino na Escola Normal de Ouro Preto. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=767514&pagfis=1>

Do sol do meio dia, a trabalhar a eito
E quase já sem vida o nosso pobre peito,
Viamos correr do nosso corpo exangue
Com pedaços de carne uns jorros mil de sangue...
[...]
Salve, três vezes salve, oh! Venerando ancião
Que arrancastes-nos hoje a negra escravidão!⁶⁹

Modestino Elizário de Arnide aparentemente apresentava condição financeira privilegiada, sendo proprietário de uma chácara onde cultivava amoreiras para a produção de bicho de seda⁷⁰. Era também funcionário dos correios e, em determinado momento da carreira, passou a “funcionário federal”⁷¹.

Os demais egressos da Enop que aparentemente não atuaram no magistério foram Arthur Ribeiro de Carvalho, que foi funcionário dos correios, chegando a diretor-geral, e possuía a patente de Capitão, assim como seu pai⁷²; Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça também trabalhou nos correios, especificamente nos cargos de praticante e oficial da administração, sendo promovido a chefe de seção e, posteriormente, a contador⁷³; Jacintho Gregório dos Santos foi colaborador da Secretaria-Geral das Obras Públicas, servente dos correios, escrivão interino dos casamentos e terceiro suplente do subdelegado do distrito de Antônio Dias, na capital⁷⁴. Curioso identificar que todos os quatro sujeitos contavam com empregos públicos nas diversas instâncias dos correios. Podemos dizer que eram atividades que proporcionavam estabilidade, no caso dos empregos públicos, ou autonomia, como a propriedade de um jornal. Nesses casos, os estudos secundários aparentemente não influenciaram nas atividades que exerceriam ao longo de toda a vida, não fosse o fato de serem estabelecidas em meio urbano e estarem estreitamente vinculadas e dependentes da leitura e da escrita. Segundo Tambara, com relação à província do Rio Grande do Sul, muitos

69. “Em nome dos libertados”, *União Postal*, 31 de dezembro de 1887, 1.

70. “Municípios. Ouro Preto”, *O Pharol*, 24 de novembro de 1905, 2.

71. *Almanack Administrativo*, 1890; *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903); “Archivo Publico Mineiro”, *Minas Geraes*, 22 de agosto de 1897, 5; “Noticiario Mineiro”, *O Pharol*, 15 de março de 1908, 1; “Municípios. Ouro Preto”, *O Pharol*, 30 de setembro de 1906, 2; “Registro Social. Aniversários”, *O Pharol*, 7 de novembro de 1912, 2.

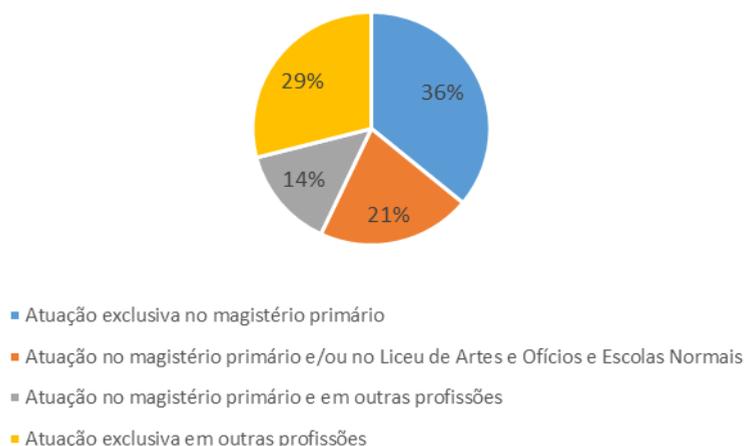
72. *Almanack Administrativo*, 1890; *Almanak Laemmert*, 1904, 1905, 1906, 1907; *Almanak Laemmert*, 1908; *Almanak Laemmert*, 1909; *Almanak Laemmert*, 1910, 1911, 1913; “Noticiario. Manifestação”, *União Postal*, 21 de outubro de 1887, 3; “Municípios. Ouro Preto”, *O Pharol*, 8 de março de 1904, 1.

73. *Almanack Administrativo*, 1890; “Ministerio da Instrucção”, *Jornal do Commercio*, 21 de fevereiro de 1892, 3; “Administração dos Correios”, *Minas Geraes*, 14 de setembro de 1897, 1; “O chic da moda”, *A Notícia*, 3 de setembro de 1901, 2; “Ultimas noticias”, *Correio da Manhã*, 6 de julho de 1913, 4; *Almanak Laemmert*, 1907; *Almanak Laemmert*, 1909; *Almanak Laemmert*, 1910, 1911, 1921, 1922, 1924, 1925, 1926; *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Rio de Janeiro: Propriedade de Manoel José da Silva, 1918 e 1919).

74. *Almanack Administrativo*, 1890; “Auctoridades Policeas”, *Minas Geraes*, 13 de agosto de 1892, 3; “Editaes. Juizo de Casamentos”, *Minas Geraes*, 6 de abril de 1897, 7; “Secretarias do Estado. Agricultura, Commercio e Obras Públicas”, *Minas Geraes*, 31 de outubro de 1899, 1.

dos homens normalistas não chegavam a assumir a docência, indicando que ingressavam nos cursos normais para conquistarem uma instrução diferenciada⁷⁵. No caso desta pesquisa, esse índice é reduzido, representando 29 %. A Figura 1 abaixo ilustra a distribuição profissional desse grupo de homens, por tipo de atividade profissional.

Figura 1. Atuação profissional dos normalistas egressos da Enop de 1877 a 1889



Fonte: *Almanaques de Minas Gerais; Periódicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais; Relatórios da Presidência na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais; APM, Fundos Instrução Pública – IP e Secretaria do Interior – SI; Livros de matrícula da Enop; Livros de matrícula de professores das escolas primárias; Livros de matrícula de professores nas Escolas Normais; Atas e correspondências enviadas e recebidas pela Enop.*

No período analisado, o espaço autorizado para as mulheres atuarem, nas escolas normais, era o das aulas práticas que, normalmente, funcionavam em escolas anexas. O caráter prático dessa disciplina lhe conferia status inferior com relação às demais, o que se percebe, por exemplo, a partir de uma nota publicada no jornal *O Sexo Feminino*, da cidade de Campanha:

Graças a Deus que a mulher já serve para mais alguma cousa, do que lavar, engomar, cosinhar, fazer rendas, crivos; já serve para substituir a um professor da escola normal da capital da província, indo leccionar mathematicas! Lê-se no Diário de Minas de 31 de julho deste anno que a professora da aula prática annexa à escola normal de Ouro Preto D. Amalia Ethelvina Bernhauss fôra designada pelo inspector geral da instrucção pública para substituir o lente de mathematicas daquella dita escola, Ovidio João Paulo de Andrade.⁷⁶

75. Elomar Tambara, "Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX", *História da Educação* 2, no. 3 (1998): 35-58, <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720/pdf>

76. "Vista aos incrédulos", *O Sexo Feminino*, 18 de agosto de 1874, 3-4.

A nota ilustra a hierarquização das disciplinas das Escolas Normais, o que também é visto na trajetória dos professores aqui analisados. O ingresso deles nas Escolas Normais se deu por meio das aulas práticas, antes de assumirem as aulas das disciplinas do currículo teórico. Essa ascensão, como vimos, foi mais comum nas trajetórias de homens (14 %), enquanto foi quase que inexistente nas das mulheres. Estas, excetuando-se as substituições esporádicas, como mencionado, tiveram as aulas práticas como o auge da carreira como docente.

Trajетórias profissionais interrompidas

Ao acompanharmos as trajetórias profissionais desses homens professores até a idade madura, ou seja, até cerca de 25 anos de exercício da profissão, identificamos que dois dos sujeitos estudados faleceram precocemente. João Maria da Silveira atuava exclusivamente como professor de escola elementar e faleceu quando tinha 30 anos, e desconhecemos a causa⁷⁷. Carlos Borja Peixoto, que iniciou a carreira como professor de escola elementar e seguiu como professor do Liceu de Artes e Ofícios e da Enop, faleceu com 33 anos⁷⁸, tendo seus dois últimos anos de atividade profissional marcados pelo afastamento para tratar da saúde, comprometida por *congestão pulmonar*⁷⁹.

Além das duas mortes prematuras, dois professores foram afastados da docência por circunstâncias excepcionais: Joaquim da Rocha Fiuza foi denunciado aos órgãos públicos por embriaguez em 1897 e, havendo reincidência da falta, houve abertura de processo no Conselho Superior de Instrução Pública. Os documentos são unânimes em afirmar que o professor “tem por hábito embriagar-se, de tal modo a ficar impossibilitado para o magistério” e, mesmo tendo recebido advertências em ocasiões anteriores, não mudou o comportamento nem apresentou qualquer documento que o isentasse dessas acusações. O Conselho decidiu por multá-lo⁸⁰. A partir de 1898, não são encontradas mais informações sobre a sua atuação como professor ou em outra atividade.

Antônio Mamede, cuja atuação foi exclusiva na Escola Normal de Uberaba, chegando a ser diretor, após cerca de 15 anos de docência, foi encaminhado para o manicômio de

77. “Original”, *Diário de Minas*, 7 de março de 1889, 2.

78. AAM, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Ouro Preto-Brasil, Seção: microfilmes, óbitos 1890-1896, 1899, microfilme 1284554, item 3, <https://www.familysearch.org/search/catalog/25836?availability=Family%20History%20Library>

79. Secretaria do Interior, “Correspondência referente a licenças e Instrução Pública”, em APM, Fundo: Secretaria do Interior SI 684, Série: Instrução Pública, Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, 1893.

80. “Parte Oficial. Secretaria do Interior”, *Minas Geraes*, 2 de agosto de 1897, 3; “Parte Oficial. Secretaria do Interior”, *Minas Geraes*, 10 de agosto de 1897, 1; “Parte Oficial. Secretaria do Interior”, *Minas Geraes*, 21 de janeiro de 1898, 1.

Barbacena sob alegação de demência⁸¹, aos 38 anos de idade, aproximadamente. Antônio Mamede, conforme discutido acima, foi amanuense na Enop e indica uma trajetória bem-sucedida de aluno que atingiu um dos pontos mais altos na carreira docente.

Conclusões

Os sujeitos investigados nesta pesquisa seguiram o contrafluxo das tendências que vimos para o magistério nas últimas décadas do século XIX. Num período em que alternativas escolares concorriam com o curso normal, em alguns casos, a trajetória familiar, marcada pelo vínculo com a docência, provavelmente tenha influenciado na escolha por essa profissão. Mas são homens que ingressaram numa carreira que ainda era assumida majoritariamente por homens, havendo, portanto, resquícios de uma tradição herdada dos séculos anteriores, a dos mestres-escola. O principal diferencial para o contexto estudado parece ser o fato de que esses sujeitos experimentaram um processo de produção de hierarquias no exercício da docência, na medida em que o curso normal conferia legitimidade e status diferenciado àquele que o concluía e, lembremos, esse grupo passava a ser majoritariamente feminino, a partir da década de 1870. Os homens estavam se beneficiando, portanto, de um mecanismo que qualificava e legitimava em especial as mulheres, para o exercício do magistério.

Tratava-se de um grupo diversificado, com muitas singularidades, sendo pontos comuns a passagem pela Enop, o fato de se inserirem no mundo do trabalho imediatamente após concluírem o curso e, assim como as mulheres, circularem por diversas localidades, aparentemente em busca de condições melhores de trabalho, ou para voltar para as suas cidades de origem. Conciliavam, na maioria das vezes, a constituição de família e o exercício profissional, o que era mais comum que no caso das mulheres. A ascensão para outros níveis de ensino, ao longo da carreira, também era uma oportunidade mais viável para eles do que para elas.

As múltiplas oportunidades para ocuparem o espaço público aparecem representadas nas diversas trajetórias aqui analisadas: para alguns, o curso normal não parece ter influenciado diretamente nos cargos públicos que ocupariam por toda a vida, e o fato de terem sido normalistas (ou serem normalistas) não aparece como elemento que agregue, nem mesmo distinção simbólica, nas identidades profissionais que exerceram, diferindo daqueles que atuaram como professores. Ainda assim, a passagem pelo curso normal e os conhecimentos adquiridos provavelmente tenham influenciado na sua formação, uma vez que esses sujeitos construíram as suas carreiras em campos em que a leitura e a escrita eram fundamentais, e atuaram no funcionalismo público mineiro, ou seja, em universos profissionais não tão distantes da realidade vivenciada por eles na Enop.

.....
81. Oliveira, "A Escola Normal de".

Por fim, confrontamo-nos com a impossibilidade de definir ou explicar, de forma genérica, a relação dos homens das décadas finais do século XIX com a docência, pois muitas instâncias e dimensões do contexto cultural e temporal atravessaram as escolhas que fizeram. De todo modo, apresentar a complexidade de elementos que permeiam as trajetórias desses sujeitos pode ser um dos caminhos para a desnaturalização e o aprofundamento da discussão em torno do homem professor, no contexto em que o processo de feminização da docência ganhava impulso.

Referências

Fontes primárias

Arquivos

- [1] Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Nossa Senhora da Conceição (AAM), Ouro Preto-Brasil. Seção: microfilmes, casamentos, 1782-1889; óbitos 1890-1896, 1899.
- [2] Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte-Brasil. Fundo: Instrução Pública. Séries: Correspondência Expedida; Correspondência Recebida e Documentação Interna. Fundo: Secretaria do Interior. Séries: Instrução Pública; Coleção leis mineiras (1835-1889).

Publicações periódicas

- [3] *A Actualidade*. Brasil. 1880; 1881.
- [4] *A Notícia*. Brasil. 1901.
- [5] *A Província de Minas*. Brasil. 1881; 1889.
- [6] *A União*. Brasil. 1886.
- [7] *Correio da Manhã*. Brasil. 1913.
- [8] *Diário de Minas*. Brasil. 1873; 1874; 1875; 1889.
- [9] *Jornal do Commercio*. Brasil. 1889; 1892.
- [10] *Liberal Mineiro*. Brasil. 1886.
- [11] *Minas Geraes*. Brasil. 1892; 1897; 1898; 1899.
- [12] *O Estado de Minas Geraes*. Brasil. 1890.
- [13] *O Pharol*. Brasil. 1904; 1905; 1906; 1908; 1912.
- [14] *O Sexo Feminino*. Brasil. 1874.
- [15] *União Postal*. Brasil. 1887.

Documentos impressos e manuscritos

- [16] *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto* (MG). Ouro Preto: Typographia d' A Ordem, 1890.

- [17] *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903, 1904, 1905, 1906 e 1907.
- [18] *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Editado por Adriano Maury & C, 1908.
- [19] *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Editado por Manoel José da Silva & C.^a, 1909.
- [20] *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typographicas do Almanak Laemmert, 1910, 1911, 1913, 1914, 1915, 1917, 1921, 1922, 1924, 1925 e 1926.
- [21] *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Propriedade de Manoel José da Silva, 1918 e 1919.
- [22] *Código Philipino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I*, 5 vols. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>

Fontes secundárias

- [23] Albuquerque Júnior, Durval de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- [24] Alves, Cláudia e Juçara-Luzia Leite, eds. *Intelectuais e história da educação no Brasil. Poder, cultura e políticas*. Vitória: Edufes, 2011.
- [25] Araújo, José Carlos, Anamaria Freitas e Antônio Lopes, eds. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- [26] Bourdieu, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- [27] Buffa, Ester. "Os 30 anos do GT História da Educação: sua contribuição para a constituição do campo". *Revista Brasileira de História da Educação* 16, no. 4 (2016): 393-419. <http://doi.org/10.4025/rbhe.v16i4.885>
- [28] Carvalho, Marcus. "A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX". Em *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*, compilado por Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Ferreira, 176-199. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2006.
- [29] Chamon, Carla-Simone. "Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império". *Cadernos de História da Educação* 13, no. 2 (2014): 569-591. <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29208>
- [30] Cortina, Regina e Sonsoles San Roman. *Women and Teaching. Global Perspectives on the Feminization of a Profession*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.
- [31] Faria-Filho, Luciano e Elenice Macedo, "A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos". Comunicação apresentada no III

Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, novembro, 2004.

- [32] Freyre, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.
- [33] Garcia-Munhoz, Fabiana e Diana Gonçalves-Vidal. “Experiências docentes e culturas políticas: o professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença (1830-1860)”. *História da Educação* 21, no. 52 (2017): 157-179. <http://doi.org/10.1590/2236-3459/69297>
- [34] Ginzburg, Carlo e Carlo Poni. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. Em *A micro-história e outros ensaios*, compilado por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, 169-178. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- [35] Gonçalves, Luiz-Alberto. “Negros e educação no Brasil”. Em *500 anos de educação no Brasil*, compilado por Eliane-Marta Lopes, Luciano Faria-Filho e Cynthia Veiga, 325-346. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- [36] Gondra, José e Alessandra Schueler. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- [37] Gouvêa, Maria-Cristina. “A construção de um projeto de formação de professores. As escolas normais no período imperial”. Em *História da Educação em Minas Gerais*, compilado por Ana-Amélia Lopes Irlen Antônio Gonçalves, Luciano Mendes de Faria Filho e Maria do Carmo Xavier, 260-264. Belo Horizonte: FCH-Fumec, 2002.
- [38] Gouvêa, Maria-Cristina e Walquíria Rosa. “História da Escola Normal em Minas Gerais, 1835-1906”. Em *Lições de Minas-70 anos de Secretaria da Educação*, compilado por Ana-Maria-Casasanta Peixoto e Luciano Mendes de Faria Filho, 18-31. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000.
- [39] Guillet, François. “O duelo e a defesa da honra viril”. Em *História da virilidade*, 2 vols., organizado por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, 2: 97-152. Petrópolis: Vozes, 2013.
- [40] Hahner, June. “A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX”. *Gênero* 10, no. 2 (2010): 313-332. <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882>
- [41] Hamel, Thérèse. *Un siècle de formation des maîtres au Québec: 1836-1939*. Ville La Salle e Québec: Hurtubise, 1995.
- [42] Izecksohn, Vitor. “Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil”. Em *História dos homens no Brasil*, compilado por Mary Del Priore e Marcia Amantino, 267-297. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- [43] Jinzenji, Mônica-Yumi e Eliezer-Raimundo da Costa. “Adolescência/juventude como categoria de análise nas pesquisas em história da educação: contribuições teórico-metodológicas”. Em *Historiografia da educação. Abordagens teóricas e metodológicas*, compilado por Cynthia Veiga e Marcus Taborda de Oliveira, 187-222. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

- [44] Lott, Mírian. “Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade Ouro Preto: população, família e sociedade (1838-1897)”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, <http://hdl.handle.net/1843/VGRO-7YDQ32>
- [45] Montes-Geles, Yesica-Paola e Nilce-Vieira Campos-Ferreira. “Escuelas normales de mujeres em Colombia (1903-1914)”. *Cadernos de História da Educação* 17, no. 1 (2018): 260-274. <https://doi.org/10.14393/che-v17n1-2018-16>
- [46] Moraes, Fernanda e Diana Gonçalves-Vidal. “Professores e professoras públicas de primeiras letras em Cotia (SP, 1870-1885): trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar”. *Revista Brasileira de História da Educação* 18, no. 48 (2018): 1-27. <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/k5r7Lf9JR4KxfMYJ9Bhzx4z/?lang=pt>
- [47] Nascimento, Cecília. “Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará-Minas Gerais (1830-1904)”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8M5GKC>
- [48] Nunes, Clarice e Anísio Teixeira. *A poesia da ação*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.
- [49] Oliveira, André-Luís “A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano”. Tese de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2018. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6895093
- [50] Pedruzzi, Jumara-Seraphim. “A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX, 1835-1889”. Tese de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3871438
- [51] Perrot, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EduSC, 2005.
- [52] Pombo de Barros, Surya. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”. *Educação e Pesquisa* 42, no. 3 (2016): 591-605. <http://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>
- [53] Pombo de Barros, Surya. “Graciliano Fontino Lordão: um professor ‘de côr’ na Parahyba do Norte (2018)”. *Revista Brasileira de História da Educação* 18, no. 48 (2018): 1-26. <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/bzmnfJJD3zcKdLQQmcpHvvp/?lang=pt>
- [54] Prenticel, Alice e Marjorie R. Theobald. *Women Who Taught. Perspectives on the History of Women and Teaching*. Toronto, Buffalo e Londres: University of Toronto Press, 1991.
- [55] Priore, Mary Del e Marcia Amantino, coords. *Apresentação a História dos homens no Brasil*, 9-14. São Paulo: Unesp, 2013.
- [56] Rosa, Walquíria. “Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)”. Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

- [57] Sant'Anna, Denise. "Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República". Em *História dos homens no Brasil*, compilado por Mary Del Priore e Marcia Amantino, 245-266. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- [58] Schnoor, Eduardo. "'Riscando o chão': masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império". Em *História dos homens no Brasil*, compilado por Mary Del Priore e Marcia Amantino, 85-117. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- [59] Scott, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade* 20, no. 2 (1995): 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- [60] Tambara, Elomar. "Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX". *História da Educação* 2, no. 3 (1998): 35-58. <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720/pdf>
- [61] Tanuri, Leonor. "História da formação de professores". *Revista Brasileira de Educação*, no. 14 (2000): 61-88. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30070>
- [62] Teixeira-Lopes, Eliane-Marta. "Pensar Categorias em História da Educação e Gênero". Em *Conhecimento e inclusão social: 40 anos de pesquisa em educação*, compilado por Eliane-Marta Teixeira-Lopes e Marcelo-Ricardo Pereira, 139-152. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 145-146.
- [63] Vidal, Diana e Marília Carvalho. "Mulheres e Magistério primário: Tensões, ambiguidades e deslocamentos". Em *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*, compilado por Diana Vidal e Maria Lúcia Hilsdorf, 205-224. São Paulo: Edusp, 2001.
- [64] Vilella, Heloisa de O. S. "O mestre-escola e a professora". Em *500 anos de educação no Brasil*, compilado por Eliane-Marta Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive-Veiga, 95-134. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- [65] Zica, Matheus. *Masculinidades possíveis. Representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.